

## EDITORIAL

A Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), ressurgiu em 2013, por ocasião das festividades que celebraram os 110 anos da Faculdade de Direito da UFC, numa iniciativa exitosa da atual Direção da instituição.

Por ocasião daquela efeméride, uma edição especial (vol. 34, nº 1) foi publicada, exclusivamente com artigos escritos por professores e pesquisadores da própria Faculdade de Direito da UFC, como um apanhado das investigações que se desenvolviam em nossa instituição e uma homenagem a uma das mais antigas escolas de ensino superior do Ceará. Àquela emblemática edição seguiu-se uma outra (vol. 34, nº 2), no mesmo ano, que já contemplava trabalhos de professores da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), da Universidade La Salle (Unisalle-RS), da Universidade de Caxias do Sul (UCS-RS) e da Universidade de Coimbra (Portugal).

Após o seu renascimento, como uma verdadeira fênix, depois de um injustificável ocaso na sua periodicidade, com a presente edição, de número 35, consolida sua apresentação em dois formatos (impresso e eletrônico), num esforço para preservar a **tradição** sem descuidar as exigências de **modernidade** do mundo contemporâneo.

A adoção do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) é inovação que tem permitido à nossa revista, como se observa pela diversidade de filiação institucional de seus colaboradores, alcançar um público ainda maior de leitores, além de contribuir para garantir percentual cada vez maior de **exogenia**, critério considerado pela CAPES na qualificação dos periódicos especializados. Ademais, com a versão eletrônica há ampliação do acesso gratuito aos textos publicados no periódico, alimentando o debate jurídico na comunidade acadêmica. O sistema permite ainda que pesquisadores e professores de várias instituições de ensino superior submetam rapidamente seus trabalhos à publicação e estes sejam criteriosamente avaliados por pares, avaliadores que desconhecem a identidade dos autores cujos trabalhos são avaliados, através do sistema de avaliação conhecido no mundo acadêmico como “duplo cego” (*double binder review*).

Por outro lado, a ideia de digitalizar e inserir, na própria página eletrônica da revista na rede mundial de computadores ([www.revistadireito.ufc.br](http://www.revistadireito.ufc.br)) os volumes anteriores da publicação a partir de 1934, exemplares que somente existiam na modalidade impressa e poderiam deteriorar-se nas prateleiras das bibliotecas, tem permitido dar visibilidade ainda maior a esta publicação, que passa a ser objeto indispensável de estudo e pesquisa

não somente por juristas, mas também pode despertar interesse em grupos de pesquisadores de outras áreas do conhecimento, como historiadores e sociólogos.

Assim, se a paulatina digitalização das edições antigas da Revista da Faculdade de Direito permite descortinar a evolução do pensamento jurídico, político e social dos nossos mais respeitados intelectuais do passado, as edições recentes vão se configurando como um verdadeiro canal de escoamento do que há de mais atual e avançado nas ideias que circulam nas instituições de ensino e pesquisa do país e do exterior.

Os trabalhos publicados nesta 35ª edição, por exemplo, refletem grande riqueza temática, evidenciando ainda o grau de maturidade intelectual dos seus colaboradores, que ousam apresentar resultados de pesquisas inovadoras na Ciência Jurídica e em áreas afins. Há trabalhos sobre o pluralismo democrático no novo constitucionalismo, bem como sobre a relação entre a dispensa coletiva de trabalhadores de uma mesma empresa e o cometimento de crimes. Outros artigos enfrentam temáticas já conhecidas, mas sob diferenciados enfoques, como aqueles que abordam as tutelas de proteção ao direito de locomoção, o meio ambiente dentro do comércio internacional, o demandismo judicial em tempo de crise econômica e seus reflexos no Judiciário, o incidente de resolução de demandas repetitivas no novo CPC, além de uma discussão sobre o valor democrático do novo constitucionalismo latino-americano. Há ainda artigos que analisam a produção do conhecimento científico-jurídico entre os anos de 2003-2013 no Ceará e outros escritos de igual relevância que engrandecem sobremaneira esta publicação.

Chegamos a esta edição inteiramente convictos da importância deste periódico para escoar a produção científica mais recente de nossa instituição e estabelecer o diálogo/debate com pesquisadores de outras universidades, aos quais lançamos convite para que continuem publicando em nossa revista, contribuindo com suas ideias e o resultado de suas mais recentes pesquisas para potencializar, fertilizar e ampliar o conhecimento, criando condições para o aprofundamento do debate e da crítica, fundamentais para o progresso do conhecimento científico. Temos uma estratégia muito clara de qualificação desta revista, mas sem prejuízo de sua regular periodicidade.

Atualmente, a revista recebe artigos em fluxo contínuo e, em busca de uma adequação aos novos parâmetros do Programa *Qualis*, pretende democratizar ainda mais o acesso à produção e à construção do conhecimento, valorizando a exogenia, seja em termos de diversificação da filiação institucional dos autores e pareceristas, seja em termos de abrangência regional dos colaboradores. Observe-se que, nesta edição, há autores vinculados a instituições de outros estados da federação, como a UEA (Universidade Estadual

do Amazonas) e mesmo do exterior, como a UMSA (*Universidad del Museo Social Argentino*).

Sem descurar a produção local de professores e alunos da casa, seguiremos perseguindo percentuais cada vez mais significativos de exogenia, sobretudo quanto à procedência dos pareceristas cegos, muitos deles oriundos de instituições de outros estados da federação e do exterior, sempre indicados pela sua *expertise* nas áreas de conhecimento dos trabalhos submetidos à revista, cuja presteza nunca deixaremos de agradecer.

Aproveito esta ocasião para homenagear professores, pesquisadores e acadêmicos da UFC, cujos trabalhos engrandecem essa edição, além daqueles colegas da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), que compartilham conosco os seus saberes. Sobretudo, quero agradecer o trabalho silencioso do doutorando Alisson Melo, indispensável colaborador na diagramação dos artigos que compõem esta revista e que com ela contribuem de maneira tão efetiva desde seu ressurgimento.

**Prof. Dr. Flávio José Moreira Gonçalves<sup>1</sup>**  
Editor-Chefe da Revista da Faculdade de Direito da UFC

---

<sup>1</sup> Doutor em Educação (UFC), mestre em Direito (UFC) e mestre em Filosofia (UECE). Professor da Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Fortaleza (Unifor) e Centro Universitário Christus (Unichristus). Assessor Pedagógico da Escola Superior de Magistratura do Estado do Ceará (Esmec). Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos (Unifor) e do Grupo de Pesquisa Hans Jonas (PUC-PR).